

Programa Lavouras Comunitárias: construindo parcerias para agricultores camponeses terem o acesso da terra ou buscando o desenvolvimento rural local no campo? – o caso de Senhora dos Remédios/MG-Br¹

Tubaldini, Maria Aparecida¹(*); Diniz, Raphael Fernando, ²

1 – Universidade Federal de Minas Gerais | (*) Brazil 2 - Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

A construção de alternativas com base em ações sociais tem sido uma das tônicas da atual política governamental para o campo no Brasil, através de Organizações Não-Governamentais (ONG's) e Associações de Agricultores Camponeses. Porém, projetos visando reduzir a tensão social no campo foram postos em ação e, desde 1985, no caso de Minas Gerais, foram alavancados Projetos Coletivos de Cultivos de Subsistência para prover os camponeses sem terra e suas famílias de alimentação. Exemplo disso foram os Programas "*Lavouras Comunitárias*", financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em parceria com os Municípios, Sindicatos Rurais e Associação de Agricultores de Comunidades Rurais, com orientação técnico-agronômica da Empresa de Assistência Técnica Rural de Minas Gerais (EMATER). Os Programas "*Lavouras Comunitárias*", como o implantado em Senhora dos Remédios (MG-BR), foram organizados segundo um modelo produtivista de modernização conservadora, cujas relações capitalistas de arrendamento eram a base para o acesso a terra para os grupos de agricultores camponeses sem-terra. Tendo isto em vista, os objetivos específicos deste estudo consistem em identificar e analisar o perfil das famílias camponesas participantes, seu espaço de morada e as relações sociais intra-familiar e extra-familiar, bem como as relações sociais entre as comunidades e os camponeses parceiros. Os manejos nas lavouras comunitárias são focos de atenção, pois se percebe que algumas comunidades caminham em oposição às práticas de manutenção de solo, entre outras questões. A discussão teórica do campesinato, do ponto de vista social e antropológico, que permite discutir a trajetória do sistema de parceria e os arrendamentos para a exploração da terra e as formas de reduzir tensões sociais sobre a mesma consistem nas bases teóricas desta pesquisa. Discute-se também a realidade fundiária do município, a divisão social do trabalho no campo e os modos de produção da agricultura camponesa.

Palavras chave: Campesinato, sem terras, agricultura sustentável, arrendamento e parcerias, desenvolvimento sustentável

Introdução

Ao longo de muitos anos, o espaço rural no Brasil tem sido identificado como um espaço de exclusão, miséria, atraso, concentração de renda, terras e investimentos públicos limitados ao alcance de uma elite latifundiária que, há tempos, administra a política brasileira. (ALENTEJANO, 2000)

Após 1980, período de redemocratização, outros rumos começam a ser traçados pelo planejamento governamental. Novos atores sociais passam a ser contemplados com políticas públicas de assistência e desenvolvimento econômico. Sendo assim, uma face da atual política para o campo tem-se fundamentado na construção de alternativas com base em ações sociais através do apoio de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Associações de Agricultores Familiares/camponeses. Tais alternativas pretendem reduzir a tensão social no

¹ Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)/2007-2009

campo, o êxodo rural, combater a fome e a miséria das famílias camponesas sem terras, promover a “emancipação social” (SANTOS, 2005) bem como o desenvolvimento rural local sustentável do campo. Desde 1985, tem se colocado em ação *Projetos Coletivos de Cultivos de Subsistência* para prover os camponeses sem terra e suas famílias de alimentos básicos no centro-oeste brasileiro – Goiás – e, posteriormente, em Minas Gerais (BR).

O Programa “*Lavouras Comunitárias*”, no Município de Senhora dos Remédios (MG-BR) é destinado a agricultores familiares sem terra que residem no campo, em pequenas comunidades rurais, é um exemplo dessas iniciativas e objeto de estudo desta pesquisa. Esses programas são organizados por meio de parcerias entre os municípios, sindicatos rurais e associação de agricultores, com orientação técnico-agronômica das Empresas de Assistência Técnica Rurais (EMATERs) e financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, diferentes parcerias são colocadas em ação: as institucionais e com os atores principais – *os parceiros sem terra* -; levando a discussão das parcerias em dois ângulos: a dos atores sociais participantes do Programa e das parcerias institucionais e políticas que, conjuntamente, a colocam em movimento.

As relações capitalistas de arrendamento são as bases de acesso a terra para os agricultores sem terra inseridos nas “*Lavouras Comunitárias*”. A parceria institucional dos projetos depende, também, dos sistemas tradicionais de parcerias agrícolas, pois o projeto sempre é retroalimentado pela divisão da produção pelo sistema de meação entre os agricultores sem terra, o órgão público - o arrendatário das terras - e o proprietário de terras. O processo de produção destes programas na linha da agricultura produtivista mantém o uso de insumos químicos nas lavouras, de máquinas agrícolas para o trabalho com o solo e utilização de sementes híbridas – geneticamente modificadas.

Os municípios mineiros com esses programas, tal como acontece em Senhora dos Remédios, apresentam características comuns de população urbana e rural equilibradas, presença de muitos pequenos aglomerados rurais de camponeses *sem terra* com moradias em pequenos terrenos. Na estrutura fundiária, predominam minifúndios e médias propriedades - até 50 ha - em número e grandes propriedades - em área, porém não ultrapassando 200 ha, ou seja, a terra sempre foi escassa para o pequeno proprietário e nichos de trabalhadores parceiros e diaristas. Mediante isto, outro objetivo do Programa é manter os trabalhadores rurais – sem terra residentes em aglomerados rurais – produzindo seus alimentos básicos com pequeno excedente para venda, assistência social, trabalhista, de saúde, escolar, além de benefícios infra-estruturais como melhores estradas.

Tais situações levam à afirmação/questionamento principal desta pesquisa: sendo o acesso à terra inconstante no tempo/espço e dependente da vontade capitalista do arrendatário, postula-se que o programa *Lavouras Comunitárias* busca mais o alívio de tensão sobre a terra do que promover segurança definitiva para o acesso a ela, além de, institucionalmente, ter um foco na busca do desenvolvimento rural sustentável.

O Programa “*Lavouras Comunitárias*” do Município de Senhora dos Remédios iniciou em 1996, hoje com 13 (treze) anos de existência, possui uma dinâmica de arrendamentos em espécie e se vincula ao plantio de pastagens artificiais no final do contrato de 4 (quatro) anos com cada arrendatário. O milho e feijão são os principais produtos plantados nas *Lavouras*. Após a colheita, a produção é dividida em três partes, sendo 45% para o parceiro, 15% para o proprietário da terra e 40% para o município. A parte da produção do município é comercializada a preços abaixo dos praticados no mercado, destinando-se à merenda escolar e entidades sociais, o que retroalimenta as despesas com sementes, adubos e combustível no próximo ano agrícola das *lavouras*.

Este artigo, que é parte integrante de um projeto de pesquisa mais amplo, que busca discutir e analisar os aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais do “*Programa Lavouras Comunitárias* em Senhora dos Remédios – MG”; tem como objetivos específicos a

identificação e análise do perfil das famílias camponesas dos parceiros, seus espaços de moradia e as relações intra e extra-familiar, bem como as relações sociais entre os parceiros camponeses e as comunidades participantes do Programa e do entorno delas. O aspecto político é importante, pois permite entender a atuação dos parceiros camponeses na dinâmica do Programa, suas reivindicações, ganhos e até retrocessos durante o tempo em que estão nele. Sobre os plantios nas *Lavouras Comunitárias*, discutem-se os manejos, desde o plantio até a colheita, e seus impactos no meio ambiente; a área produzida, o destino dos alimentos, a participação da família no trabalho das *lavouras* e as relações de trabalho solidárias ainda existentes como os mutirões e trocas de dias de serviço.

O período de análise desta pesquisa abrange o ano agrícola de 2007/2008, incluindo informações sobre o Programa referente a anos anteriores, ainda existentes na EMATER, bem como relatos orais da memória do mesmo por membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Senhora dos Remédios.

Destaca-se que este trabalho é relevante pela discussão teórica na qual se propõe unir um modelo de desenvolvimento endógeno a uma interpretação social do espaço vivido com o ente empírico, agregando discussões sobre conceitos e temas emergentes da teoria social contemporânea. Tais conceitos e temas tangenciam uma dimensão cada vez mais valorizada na atualidade, sobre a gestão e o ordenamento territorial em sua vertente no mundo rural, onde a questão fundiária aparece mais uma vez como ponto de discussão central e estratégica para as comunidades rurais *sem terra* em uma região agrícola tradicional de Minas Gerais.

I. Aspectos Teóricos e Metodológicos

A base teórica do Desenvolvimento Rural Sustentável, suas dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais, políticas e espaciais, na perspectiva de Sachs (2000), em conjunto com aspectos teóricos do campesinato e da agricultura familiar - com a base terra/trabalho/família - norteiam a discussão e interpretação do ente empírico. Nesta abordagem, cabe também destacar os estudos agroecológicos e manejos tradicionais, contrapondo-os ao modelo produtivista norteador inicial e básico do processo de produção no Programa *Lavouras Comunitárias* (ALTIERI, 2002). Em Chayanov (1974), busca-se o aporte teórico da teoria da Economia Camponesa abrangendo aspectos demográficos do campesinato. Em Moura (1988), busca-se o suporte antropológico e social do camponês e em Mendras (1978), procura-se discutir os aspectos culturais dos camponeses parceiros.

A discussão da estrutura fundiária, da expropriação do camponês e do arrendamento é essencial para a pesquisa, uma vez que o Programa "*Lavouras Comunitárias*" tem como base concepções capitalistas, contrapondo-se às parcerias solidárias, inerentes aos camponeses e essenciais para o entendimento do cotidiano dos atores da pesquisa no mundo rural.

O arrendamento, neste caso, é um recurso capitalista para o médio e grande produtor e, fazendo uso dele, os Programas "*Lavouras Comunitárias*" repassam, temporariamente, terras aos trabalhadores (camponeses parceiros) rurais sem o meio de produção para plantio de alimentos. O arrendamento capitalista na agricultura brasileira desenvolveu-se inicialmente na rizicultura irrigada do Rio Grande do Sul e, em fins da década de cinquenta do século XX, abarcava apenas mais dois cultivos: o trigo e o algodão. (BESKOW, 1986)

A parceria, além de trazer benefícios aos trabalhadores rurais sem terra, também serve aos interesses da elite fundiária, uma vez que fixa a mão-de-obra próxima a seus estabelecimentos agrícolas em períodos de escassez de força de trabalho. Destaca-se que a parceria surge na agricultura da sociedade Feudal também como uma forma de se garantir a permanência da mão-de-obra camponesa em locais próximos às grandes propriedades, possibilitando a utilização desta força de trabalho livre nas atividades agrícolas, solucionando o problema dos latifundiários capitalistas quanto à necessidade de braços para seus

empreendimentos e dos camponeses quanto à demanda por um pedaço de terra para garantir sua reprodução. (OLIVEIRA Jr., 1989)

O sistema de parceria é praticado em todo o Brasil, variando de região para região de acordo com as formas de divisão da produção: meação, terça e quarta. (ROMEIRO E REYDON, 1994). Para Gonzales e Bastos (1975), a parceria somente ganha força e se reproduz com mais facilidade em regiões onde os proprietários agrícolas não dispõem de certo volume de capital. Na discussão sobre a entrada da agricultura no modo de produção capitalista e o arrendamento de terras, Marx (1974, citado por BESKOW, 1986)² afirma que, na agricultura, a condição prévia do capitalismo é a divisão em três classes que constituem o quadro da sociedade rural: o trabalhador assalariado, o capitalista arrendatário e o proprietário das terras. O trabalhador assalariado é o próprio agricultor, despossuído de um pedaço de terra e que tem de vender sua mão-de-obra ao empresário capitalista, o arrendatário, fato este que ocorre com os parceiros do *Lavouras Comunitárias* que se assalariam a baixo custo no período da entressafra. Já este empresário capitalista é aquele que paga ao dono da terra uma quantia estipulada em um contrato de arrendamento pelo direito de empregar seu capital na fazenda por ele arrendada. Essa quantia paga ao proprietário de terras é designada por Marx de *renda fundiária*, sendo a forma como se valoriza a propriedade fundiária. Desse modo, tem-se reunido e em confronto três classes que estão ligadas à atividade agrícola: o trabalhador assalariado, o capitalista industrial e o proprietário de terras.

Esta abordagem teórica sustenta a segunda afirmação/questionamento deste artigo: as parcerias institucionais do programa aos sem terras servem também para capitalizar o grande proprietário de terras, modificando, também, o uso desta terra, uma vez que o objetivo dos proprietários de terra é transformá-las em pastagens. Com isto, os programas *Lavouras Comunitárias*, que têm que ser desenvolvidos em longo prazo, começam a ter o acesso reduzido ao longo do tempo.

II. O Desenvolvimento Sustentável

O paradigma do “desenvolvimento sustentável” associa a preservação da natureza e de seus recursos com as necessidades das gerações presentes e futuras, envolvendo uma ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil. As discussões teóricas sinalizam que, para ser sustentável, deve-se seguir princípios fundamentais que preservem as culturas locais, a diversidade e promovam a descentralização do planejamento de gestão do território. Segundo Sachs (2002), o “desenvolvimento sustentável” deve incluir oito critérios de sustentabilidade: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômico, política (nacional), política (internacional). Sendo assim, para este autor, um novo modelo de desenvolvimento deve garantir uma distribuição justa de riqueza, facilitar o equilíbrio entre o respeito à tradição cultural e a inovação, estimular o uso limitado dos recursos naturais com respeito aos ecossistemas, possibilitar segurança alimentar aos mais necessitados, entre outros objetivos mais.

Faz-se importante destacar, especificamente neste estudo, a relação entre o “desenvolvimento sustentável” e “agricultura sustentável”, pois o programa “*Lavouras Comunitárias*” em Senhora dos Remédios se inicia com o modelo da agricultura produtivista e tem continuidade com a mudança para o paradigma da sustentabilidade. Na “agricultura sustentável”, alguns princípios são norteadores deste recente paradigma de produção agrícola como: a manutenção em longo prazo dos recursos naturais, garantia de um mínimo de impacto à biosfera, retorno financeiro econômico adequado aos agricultores, uso mínimo de insumos externos à produção, entre outros. (ALMEIDA, 1998)

² Marx, Karl. O Capital (crítica da economia política). Livro 6, vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.1974

A partir disso, o termo o “desenvolvimento rural sustentável” entra em pauta no ambiente acadêmico contemporâneo. Para Navarro (2001), o componente “sustentável” da expressão deve referir-se exclusivamente ao plano ambiental, o que indica a necessidade dos planos de desenvolvimento rural dar mais atenção às questões ambientais da atualidade. A ampliação do número de ONGs atuando em espaços mais restritos (pequenas regiões ou municípios) e o processo de globalização e descentralização administrativa vivenciado na América Latina nos fins da década de 1980 e ao longo da de 1990, deram impulso ao surgimento de novos projetos de desenvolvimento de atuação em menor escala.

A União Européia, o conceito de “desenvolvimento local” tem sido trabalhado com a intenção de promover um melhor nível de vida para suas populações, reduzir o êxodo de locais de baixa densidade demográfica, inserir a população marginalizada na economia e promover uma igualdade de oportunidades entre gêneros. Este tipo de abordagem do desenvolvimento, o espaço “local”, É trabalhando o nível local que as ADLs (Associações de Desenvolvimento Local) européias têm um contato direto e maior com a população rural/urbana. Entretanto, a visão do Desenvolvimento Local da União Européia e das ADLs, é empresarial, tornando os atores sociais excluídos em pequenos empresários. Isto vai de encontro com o que Binsztok (2009) coloca sobre a atuação do SEBRAE e das ONG's que estão em linhas gerais, em consonância com as orientações de Mohamed Yunus, teórico da economia solidária e do micro-crédito em Bangladesh. Yunus defende a tese na qual todos são empreendedores, inclusive as mulheres mais pobres, necessitando apenas de uma oportunidade para desenvolver seu potencial para os negócios. (BINSZTOK,2009,7)

Para Marques (2000) não se pode desprezar no contexto de execução do “desenvolvimento local” a importância da participação dos membros da comunidade na vida política, cultural e econômica da sociedade na qual se encontram. Por isso, o autor enumera as opções que considera essenciais para o “desenvolvimento local”, quais seja,: *participação associativa* (cooperativas, associações desportivas, de defesa do meio ambiente, de solidariedade social, de manutenção da identidade territorial, entre outras); *participação cultural/lazer* (festas tradicionais, exposições, ranchos folclóricos, etc); *participação desportiva* (assistência e/ou organização de diferentes atividades como atletismo, futebol, montarias, entre outras); *participação religiosa* (atividades promovidas pelas Igrejas); *participação social* (voluntariado para auxilia a cidadãos em estado de carência, idosos, mendigos, deficientes, obras de melhoramento do local de residência, entre outros). (MARQUES, 2000).

Os atores locais do meio rural são, muitas vezes, designados por uma infinidade de nomes: produtor rural, caboclo, agricultor familiar, camponês, entre outros. Nesta pesquisa, eles são tratados como *camponeses e parceiros*, pois, teoricamente, são os termos que mais se adéquam aos atores sociais estudados em Senhora dos Remédios.

Para o entendimento das características destes atores sociais - parceiros nas lavouras comunitárias -, deve-se, antes de tudo, entender a importância que a família lhe representa:

Por camponês, é necessário entender a família camponesa, a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que têm de ser alimentadas; unidade que pode ser tratada do ponto de vista econômico como um agente (...). Com efeito, trabalhar para se nutrir aplica-se mais ao grupo que a cada um de seus membros... (MENDRAS,1978, p.44)

Para a sociedade camponesa, a família tem uma importância fundamental, não recorrendo a mão-de-obra contratada. Sua composição e seu tamanho representam todo o montante da força de trabalho, com exceção nos momentos de muito trabalho. Por isso, a família se constitui como um dos fatores principais na organização da economia camponesa. (CHAYANOV, 1974)

Mendras (1978) também salienta o significado da família para a economia campesina, pela forma com que se organiza a vida econômica no seio dos grupos domésticos. A cultura campesina também merece destaque por sua singularidade, uma vez que a sociedade camponesa é fortemente marcada por uma homogeneidade cultural, onde todos os seus membros comungam de uma visão de mundo comum, com os mesmos sistemas de valores, uma linguagem comum e uma mesma moral. (MENDRAS, 1978)

III. Metodologia

O primeiro passo no desenvolvimento da pesquisa correspondeu à revisão bibliográfica, seguido da busca das bases cartográficas para o trabalho de campo e construção de mapas temáticos.

Na coleta de dados, optou-se por uma amostragem espacial das comunidades participantes do Programa *Lavouras Comunitárias* e de um número significativo dos atores sociais da pesquisa – os camponeses parceiros nas lavouras. Do total de 8 (oito) comunidades participantes do “*Lavouras Comunitárias*” no ano agrícola 2007/08, foram selecionadas 6 (seis) delas para a pesquisa: Mutuquinha, Tenda, Tigre, Cunhas, Estiva, Córrego dos Alves. O critério de seleção buscou comunidades produzindo cultivos, mostrando a espacialização das comunidades no município e níveis sócio-econômicos variados, ou seja, comunidades com precarização de condições de vida e onde as mesmas ocorreram.

No levantamento e obtenção de dados diretos no campo, foram feitas visitas, observação direta e sistemática e, na última etapa, foram realizadas entrevistas com os parceiros. Para definir o número de entrevistas, adotou-se o percentual de 30% da população total de parceiros de cada comunidade selecionada. O número de parceiros variou entre 16 (dezesesseis) a 38 (trinta e oito) por comunidade. Esse número de atores sociais é representativo e garante a confiabilidade da amostragem da pesquisa no espaço e no tempo, pois ocorre uma variação na permanência de parceiros nas lavouras. Optou-se pela análise qualitativa na pesquisa, com suporte no método de história oral, e entrevistas com perguntas semi-estruturadas remontando à história de vida das famílias para obter seus resgates intergeracionais; os manejos utilizados e suas conseqüências ambientais; o espaço de morada e o significado das hortas de fundo de quintal na produção de alimentos para as famílias. Buscou-se, posteriormente, desenvolver um estudo verticalizado dos critérios de sustentabilidade através da análise das informações coletadas em campo, organizadas em matrizes.

Este artigo interpreta duas dimensões teóricas de sustentabilidade buscadas na realidade estudada: a socioeconômica e a ambiental, nas quais os atores sociais parceiros camponeses constroem a dinâmica na vida das comunidades.

A metodologia de matriz foi trabalhada como uma forma de operacionalização de organização das informações obtidas em tabelas construídas segundo critérios de ordenamento dos atributos qualitativos originados à partir das bases teóricas do campesinado e das dimensões do desenvolvimento sustentável.

Para tal, foram estabelecidas dimensões de análise, geradas pela convergência de vetores criados, por sua vez, pela confluência de variáveis. A construção de matrizes para cada dimensão e seus vetores mostrou a materialização espacial da sustentabilidade socioeconômica e ambiental nas diferentes comunidades investigadas. As matrizes norteiam, num primeiro momento, a organização das informações. Entretanto, sua interpretação é acrescida pelo método de história oral trabalhado com os atores sociais na busca de informações.

VI. Análise e discussão dos dados

Para a discussão dos objetivos propostos neste artigo, são analisadas duas (2) Dimensões da Sustentabilidade: a Econômica e a Ambiental. A primeira dimensão – a *Sustentabilidade Econômica* – é composta por três vetores: *Familiar, Econômico-produtivo e socioeconômico*.

Analisando o primeiro vetor - *trabalho familiar na lavoura comunitária* –, constata-se o modo de produção familiar no programa e a importância de ser parceiro no mesmo como acesso a terra e produção de alimentos (milho-feijão). Segundo SACHS (2002), um importante passo da sustentabilidade é garantir a “segurança alimentar” para as famílias no campo. No seu início, o Programa também foi capaz de prover aos parceiros um retorno financeiro-econômico com a venda do excedente de sua produção. Com o passar do tempo e com a área das terras arrendadas reduzindo, o número de parceiros nas comunidades e a produção também diminuíram sendo, inclusive, insuficiente para o sustento da família para o ano todo. A pesquisa de campo constatou que o trabalho familiar é predominante nas lavouras comunitárias nas seis comunidades estudadas.

O *trabalho familiar fora da propriedade* demonstra a realização de outros tipos de trabalho pelos membros familiares fora do espaço de morada como, por exemplo, trabalhos assalariados, diaristas, “*trocas de serviços*”, entre outros. Estes diversos tipos de trabalho realizados fora de sua propriedade visam satisfazer e complementar as necessidades básicas de consumo de uma família camponesa, o que, segundo Chayanov (1974), somente é realizado quando o camponês não encontra meios de garantir a reprodução de sua família em sua própria terra de morada.

Em todas as comunidades pesquisadas, as famílias parceiras têm que praticar trabalhos assalariados para complementar a renda familiar, bem como realizar outras modalidades de trabalho não remunerado. Alguns exemplos consistem na “*troca de serviços*” entre eles e as parcerias para produção de milho e arroz com proprietários rurais município, uma vez que, atualmente, as lavouras não estão produzindo excedente para venda. Ademais, o salário básico de sobrevivência dos parceiros sem terra voltou a ser obtido a partir do trabalho como diaristas. Aqui está a mostra da relação capitalista e o papel de celeiro de mão-de-obra que os parceiros exercem em relação aos proprietários médios e grandes do município.

Isto leva ao trabalho dos filhos, que contribuem nas *despesas financeiras das famílias camponesas* enquanto são solteiros e moram juntos com os pais. Na agricultura camponesa, a entrada de outros rendimentos significa uma alternativa encontrada pelo campesinato na manutenção/reprodução do grupo familiar. Teoricamente, isto é explicado tanto por Chayanov (1974) quanto por Mendras (1978) como uma unidade indissociável, no qual os ganhos do trabalho visam atender as necessidades de todos os membros da família e não especificamente de indivíduos separados. Dentre as comunidades estudadas, somente nas comunidades Tigre e Tenda os filhos não colaboram na renda familiar. Porém, nessas duas localidades as famílias possuem filhos ainda em idade escolar ou menores de quatorze anos. Isto é explicado por Chayanov em sua teoria, na qual as famílias com maior número de crianças exigem uma superexploração do trabalho dos adultos – os pais.

A presença de *Membros da Família que Possuem Casas no Mesmo Terreno de morada* busca respostas para aspectos de favelização nos aglomerados rurais, quando casas vão se multiplicando nos pequenos terrenos dos parceiros para os filhos quando se casam. Esta situação foi encontrada nas comunidades de Tigre, Estiva, Mutuquinha e Córrego dos Alves. Nestas, foram encontrados espaços de morada com lotes variando entre 50 m² a 2000 m², com a presença de mais de uma habitação por lote, corroborando, assim, com a ideia de um processo de favelização nestes espaços rurais. Tal processo imbrica-se como a questão fundiária que, para Mendras (1978), é entendida como a extensão da propriedade, que deve

guardar uma proporção com o número de bocas a serem alimentadas, devendo, então, ser tanto maior quanto maior o número de membros em uma família (MENDRAS, 1978).

O *Tamanho dos Terrenos de Morada* indica que os camponeses parceiros não detêm terras suficientes para cultivar nelas os alimentos básicos do consumo de uma família, já que a maioria dos espaços de morada possui áreas muito pequenas, com extensões que chegam a medir no máximo 2000 m² (dois mil metros quadrados). Os pequenos espaços de morada, a inviabilização da compra de terra para plantio e as novas moradas inviabilizam a reprodução do campesinato em Senhora dos Remédios.

A *Escolaridade dos Pais* é muito baixa entre os chefes de família, sendo que alguns apenas assinam seus nomes. Porém, o baixo nível de escolaridade não significou, nestes 10 anos de *programa de lavouras comunitárias*, o não engajamento político e reivindicatório dos(as) chefes de famílias. Para analisar a situação das mulheres parceiras e chefes de família, temos o exemplo de D. Raimunda, moradora em Tenda e mãe de nove (9) filhos, que pratica a agricultura em duas lavouras comunitárias e é parceira com proprietários de terra, tendo também o sobre-trabalho inerente às mulheres no cuidado da casa, da horta de alimentos, mesmo dividindo o trabalho com os filhos adolescentes. A *escolaridade dos filhos* mostra que, entre as seis comunidades estudadas, somente Estivas e Cunhas têm jovens com *nível médio*, já que na maioria das famílias predominam adolescentes cursando o Ensino Médio. Nas demais comunidades, predominaram crianças nos primeiros anos da escola básica, sendo que a evasão escolar também foi detectada entre os filhos de parceiros. As comunidades rurais com maior número de população têm escolas com as 4 (quatro) primeiras séries, para as quais as crianças das comunidades próximas se direcionam para estudar. Entretanto, nem sempre as comunidades são próximas e o transporte escolar municipal só funciona muito bem no período da seca. Destaca-se que outras comunidades não são contempladas com transporte escolar, o que leva crianças de até 10 a 11 anos a evadirem-se da escola e interromper os estudos. Infelizmente, esta é uma situação generalizada para as áreas de agricultura capitalista como também em áreas de agricultura tradicional como em Senhora dos Remédios.

A partir do segundo vetor – *Econômico-Produtivo* –, é possível identificar outros rendimentos financeiros dos parceiros com recursos muito escassos e na linha da pobreza rural: assistências governamentais de projetos sociais de significativa relevância para a complementação da renda familiar. Tais soluções, segundo Viola e Reis (1995), também contribuem para a redução das tensões sociais provocadas pelo desenvolvimento não equilibrado. Através dos *Vínculos com ações sócio-governamentais*, encontrou-se a presença da assistência – Bolsa Família e aposentadoria – no núcleo familiar, sendo possível afirmar que todas as famílias camponesas entrevistadas recebem auxílios suplementares de ação social, demonstrando, com isto, o nível de carência dessas famílias sem terra.

O que se denominou por *Questões Habitacionais* mostra as melhorias realizadas nas moradias dos camponeses nos últimos anos. A realização de melhorias na residência campesina é relevante para que seus moradores vivam em um ambiente de conforto e higiene. Em grande parte das comunidades pesquisadas (quatro), foi possível notar algum tipo de melhora das casas, como instalação de banheiros, reforma do teto e de paredes. Contudo, em Tenda e Tigre, as famílias ainda não conseguiram fazer melhorias em seu espaço de morada, decorrente das dificuldades financeiras. Nessas duas comunidades, evidencia-se menor qualidade de vida dentre os parceiros das lavouras comunitárias através do espaço de morada - suas casas na maioria são de adobe e pau-a-pique. O número de crianças aí também é alto, e o trabalho infantil ocorre entre 10 e 14 anos. Este perfil do espaço de morada é válido, em menor proporção, para todas as comunidades sendo que, em algumas, os pais lutam para colocar seus filhos adolescentes no segundo grau para, no futuro, alcançarem empregos no urbano.

Para explicar tais condições, é válido buscar a explicação em Chayanov (1981), quando este coloca que o trabalho realizado pelo camponês não está determinado por um desejo capitalista de ganho, mas sim pela função de atender às necessidades básicas de sobrevivência da família e garantir a propriedade da terra onde se trabalha. Sendo assim, a venda de sobras da produção colhida nas “*Lavouras Comunitárias*” é uma das formas encontradas por muitos camponeses para aumentar suas rendas e garantir a subsistência dos membros que compõe o núcleo familiar campesino. Entre as oito comunidades estudadas, somente em Alves alguns parceiros conseguiram produções suficientes para vender um pequeno excedente nas lavouras comunitárias. Nas outras sete comunidades, constatou-se que a produção colhida pelos camponeses nas “*Lavouras Comunitárias*” era suficiente somente para garantir parte da subsistência da família, não havendo sobras para comercializar suas colheitas.

Os *Manejos Tradicionais na Ótica Socioeconômica – aração da terra* – são indicativos da aração do solo para plantio nas *lavouras comunitárias*, predominantemente movida pela tração animal ou feita pela ação humana nas comunidades. Estes manejos são de grande interesse quando se investiga a sustentabilidade no processo de produção – e deles decorrem os problemas ambientais do programa. Ao se utilizar a aração manual, a organização do programa economiza em insumo de capital externo - o aluguel de um trator. Porém, os parceiros ficam a mercê do trabalho exclusivamente manual. Isto ocorre quando as máquinas agrícolas, obtidas em parceria com a Prefeitura, estão inativas por problemas mecânicos, podendo, então, atrasar o período de plantio das *lavouras comunitárias*. Nas comunidades de Cunhas, Mutuquinha e Tenda, foi possível constatar a predominância de aração mecânica, enquanto que, nas demais, ocorreram casos em que se mesclou o uso do trator em terrenos planos e do arado de boi/manual nos terrenos íngremes. As arações de solo com animais em terrenos íngremes é sustentável ambientalmente, uma vez que não revolve profundamente o solo e, segundo o tipo de plantio, também evitam perda de solo no período da chuva.

Dentre os *Manejos Tradicionais*, foram também incluídos os *resíduos orgânicos* que indicam o emprego de adubos orgânicos em substituição aos insumos químicos nas *Lavouras Comunitárias*. Segundo Almeida (1998), para serem sustentáveis, os manejos agrícolas devem se nortear pela “*otimização da produção de culturas com um mínimo de insumos químicos*”. Ao substituir o adubo químico pelo orgânico, o camponês economizará uma soma de capital importante e também estará menos susceptível às flutuações do preço deste produto no mercado. Contudo, em nenhuma das seis comunidades este tipo de adubação foi utilizado, indicando a forte dependência do programa com insumos químicos e a confirmação da base produtivista nos plantios dos cereais.

Nos *Espaços de Morada na Ótica Socioeconômica*, constatou-se a presença de pequenos cultivos com hortaliças, frutas e a criação de pequenos animais nos quintais de até 5000 m² nas residências dos parceiros. O cultivo destas hortas e a criação destes animais significam, para os camponeses, qualidade de alimentação e redução nos custos da mesma para a família. Em todas as comunidades pesquisadas, foi possível notar a ocorrência de hortas com cultivo de legumes e verduras como beterraba, cenoura, chuchu, tomate, alface, cebolinha, couves, repolho, almeirão e outras folhas; pequenos pomares com laranja, manga, limão e a criação de pequenos animais como galinhas, codornas, patos e perus, como fontes de vitaminas. Os pequenos animais são também indicativos de boas colheitas de milho, significando, também, a proteína ingerida pelos membros da família ou a falta dela. Esses pequenos plantios são culturalmente domínios da mulher, mas também significam sobretrabalho para a mesma e para as crianças em idade de alimentar e regar plantas. São também agroecológicos, pois não demandam insumos químicos, usando-se adubos orgânicos em pequenas quantidades adquiridos de pequenos produtores de leite no entorno. O plantio

das hortas, entretanto, para muitos parceiros, está na dependência das sementes distribuída pelas EMATERs, com recurso do Programa Federal Fome Zero. É também uma quebra no paradigma da mudança de hábitos alimentares, na melhoria da alimentação básica dos camponeses, pois a maioria da população do campo não tem como hábitos alimentares o consumo de legumes e verduras.

Com o terceiro vetor, o *Socioeconômico*, é possível analisar as relações socioeconômicas dos atores sociais na comunidade da qual fazem parte e com o meio urbano, além de manejos nas lavouras de Senhora dos Remédios.

Conforme Bicalho (2006), “*interagir socialmente*” é um dos critérios básicos quando se almeja o desenvolvimento sustentável, uma vez que representa “*a possibilidade de (re)construção dos laços sociais e a criação das condições de inserção dos indivíduos nas diferentes esferas da sustentabilidade*”, segundo as Associações de Desenvolvimento Local (ADLs) na União Européia. (CAVACO; SANDRINI, 2001) Sendo assim, as *Relações Sociais com o Urbano* mostram a participação da família camponesa em festas religiosas e populares – como a feira agropecuária – que ocorrem no ambiente urbano do município. A participação nestas comemorações é de significativa importância para as relações sociais dos camponeses de diferentes comunidades e para sua interação social com o meio urbano. Entre as seis comunidades pesquisadas, apenas em Estiva os camponeses não mantêm relações com as festas urbanas, sendo estes os que apresentam os indicadores qualitativos de maior pobreza. Nas outras comunidades estudadas – Tenda, Mutuquinha, Tigre, Cunhas e Córregos dos Alves - os parceiros têm ligações mais intensas com o urbano e as festas religiosas ocorridas nele. Tal fato pode estar ligado à proximidade destas comunidades com o meio urbano, bem como da intensa religiosidade dos parceiros ligada ao catolicismo.

As *Festas Religiosas na Comunidade* mostram também a participação dos parceiros nas comemorações religiosas dentro das comunidades em que residem. Conforme MOURA (1988), a ligação do camponês com a religiosidade é tão forte que, para eles, “*são os santos e as divindades que dão sentido aos dias especiais*” como feriados e dias de festas – como o da padroeira de Senhora dos Remédios. Apenas Tenda e Cunhas indicam um menor número de camponeses participando das festas religiosas dentro nas comunidades e no urbano. Entretanto, os simbolismos religiosos estão presentes em suas casas. Nas demais comunidades, percebe-se mais intensamente a preservação das tradições culturais campesinas por parte das famílias, uma vez que muitas delas têm o costume de participar de celebrações como “*novenas*”, “*terços*” e as missas dominicais.

A participação dos camponeses em rodeios, festas juninas, jogos de futebol, entre outras atividades, englobam-se em *Atividades Sociais e de Lazer na Comunidade*. Dentre as seis comunidades estudadas, somente Tenda continua como a única em que os camponeses não têm o hábito frequente de participar destas atividades. Tenda é uma comunidade de mais baixa renda dentre as estudadas e o deslocamento à feira agropecuária anual fica restrito apenas a poucas famílias e alguns aposentados.

Segundo Bicalho (2006), o fortalecimento político do meio rural é fundamental para o rompimento das desigualdades sociais e de poder entre o rural e o urbano existentes atualmente. Sendo assim, como *Participação Política* foram analisadas as ligações dos parceiros camponeses com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. A vinculação com instituições políticas adquire uma importância significativa quando se almeja atingir o desenvolvimento sustentável no local, uma vez que, ligados a uma associação de poder influente, os camponeses estarão conscientes de seus direitos e, no caso do Sindicato, têm mais força na busca pela sua atuação econômica, social e na busca pela terra no espaço rural. Em todas as seis comunidades, os parceiros possuem vínculos com esta instituição, pois, segundo os parceiros, a ligação deles com o Sindicato é importante para se aposentarem e facilita o acesso a benefícios como auxílio-doença. Para ilustrar o motivo da ligação de muitos

camponeses com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Senhora dos Remédios, a fala de um parceiro é significativa:

Porque ocê imagina bem, se não tiver o sindicato nós aqui ninguém tinha seguro, agora quando adocece ou qualquer coisa entra aquele seguro, porque vai lá, o médico dá o atestado, ocê passa um mês ou dois aí... e recebe, e quem não paga o sindicato aí ele tá de perna pro ar porque se ele não tem seguro então o seguro da gente é esse, esse puquinho que agente planta ele vale isso. (Parceiro, 56 anos, Comunidade Tenda)

As *Atividades Coletivas fora da Lavoura Comunitária* mostram as relações de trabalho tradicionais na agricultura como a “troca de serviços” entre os parceiros camponeses. A realização destas modalidades de trabalho é típica da economia campesina nos termos de Chayanov (1981), uma vez que estes atores sociais mantêm, mesmo dentro do capitalismo, um modo de produção não capitalista.

Nesta pesquisa, foi possível constatar que todos os parceiros praticam trocas de serviços mesmo que esporádicas. Contudo, esta atividade tem maior densidade de ocorrência na comunidade Estiva, indicando, assim, a presença marcante de traços do campesinato neste espaço rural.

Já as *Atividades Coletivas dentro da Lavoura Comunitária* indicam participação e/ou realização pelos parceiros de trabalhos coletivos como os “mutirões” nos atividades da lavoura. Várias famílias reúnem-se em um terreno de plantio para realizar um determinado tipo de trabalho ao longo do dia, reduzindo o número de dias de trabalho. O “mutirão” ainda é uma pratica em todas as “Lavouras Comunitárias” sendo que, na comunidade de Cunhas ele é mais constante no cotidiano do trabalho dos parceiros, indicando uma relação de maior proximidade e solidariedade entre os moradores desta comunidade, bem como a valorização de práticas tradicionais na agricultura. Nestas comunidades, ainda se encontram antigos agricultores(as) com conhecimento da prática de cantar o desafio do “Jongo” – nos mutirões³.

A segunda dimensão de sustentabilidade – *Sustentabilidade Ambiental* – também é composta por três vetores – *Ecológico-Sanitário, Ecológico-Educacional e Agroecológico* – os quais fazem uma análise da sustentabilidade ambiental das comunidades e do programa *Lavouras Comunitárias*.

Um dos grandes problemas dos pequenos aglomerados rurais onde vivem os parceiros das lavouras comunitárias é o *destino dos resíduos* das residências dos parceiros camponeses. A instalação de fossas sépticas é ainda um tipo de instalação sanitária considerado como o mais apropriado para as comunidades rurais devido à eficiência demonstrada na biodigestão dos excrementos humanos e, conseqüente, na eliminação dos agentes patogênicos (NOVAES *et al*), sendo um instrumento adequado em aglomerados com inexistência de uma rede de esgoto para coleta. Dentre as seis comunidades pesquisadas, somente em Tenda constatou-se predominância da fossa séptica como destino do esgoto das residências. A instalação delas, nesta comunidade, foi uma ação da Secretaria de Saúde do município, em busca de melhoria da saúde dessa população carente. Já nas outras comunidades, o destino dos esgotos tem sido os cursos fluviais próximos às residências campesinas, colocando seus habitantes expostos a problemas de saúde relacionados ao destino inadequado dos rejeitos humanos.

³ O jongo é uma pratica secular em Minas Gerais e consistia numa cantoria executada pelo grupo nas capinas das lavouras, onde um cantador desafiante puxa outro colega agricultor para desafio que a ele responde. Através dessas cantorias, segundo uma entrevistadas – jongueira – o trabalho era um divertimento e não sofrimento e rendia. Bedim, B. (2007) comprova esta pratica, na mesma região continua à Serra da Mantiqueira em Conceição do Ibitipoca.

A água das comunidades dos parceiros é captada em nascentes ou em poços artesianos e distribuída nas residências dos parceiros. A rede de drenagem é rica e abundante. Entretanto, nos aglomerados rurais estão localizados pequenos córregos que, em decorrência de inadequadas canalizações dos esgotos residenciais para eles, tornaram-se impróprios para captação da água potável para a população. No caso de Estiva e Tigre não há o *Tratamento de Água para consumo* nas residências. Isto se explica em grande parte pelo fato dos parceiros não contarem com recursos financeiros suficientes para a aquisição de um filtro.

Ao tratar do *Lixo nas comunidades*, analisa-se o destino dos resíduos gerados em cada uma delas. Em nenhuma das seis comunidades pesquisadas existe serviço de coleta de lixo. Cabe aos parceiros e a população dar destinos ao lixo produzido. Os resíduos de alimentos são colocados na terra, oferecidos aos pequenos animais ou se espalham pelos terrenos, indo até as vias de acesso aos povoados. Isto indica a necessidade de levar uma educação ambiental a esta população e torna-se um problema de saúde pública agravado pela inexistência do tratamento do esgoto e da água nas comunidades rurais pesquisadas.

No vetor *Ecológico Educacional* foi pesquisada a transmissão de conhecimentos e informações sobre noções básicas de preservação e conservação do meio ambiente nas escolas onde os filhos dos parceiros estudam. A transmissão deste tipo de conhecimento é relevante na conscientização dos jovens no que se refere à importância da preservação dos recursos naturais e das consequências que a degradação ambiental traz para a sociedade. Entre as comunidades pesquisadas, apenas em Tenda não é desenvolvida esta prática ecológica. Contudo, nesta comunidade, tal interpretação deve ser relativizada, uma vez que, na maior parte das famílias dos parceiros entrevistados, grande parte dos filhos ainda não está em idade escolar ou estão começando a ingressar na escola há pouco tempo.

O vetor *Agroecológico* indica os manejos de plantio e conservação dos solos empregados nas *Lavouras Comunitárias* e em outros plantios fora deste programa. Isto é realizado através de três variáveis qualitativas: *Utilização dos resíduos orgânicos como adubos da horta*, *Plantio em Nível*.

A *Utilização dos resíduos orgânicos como adubos da horta* indica o uso de resíduos de alimentos e outros resíduos orgânicos na *Lavoura Comunitária*. Estes resíduos agem de forma benéfica no aumento da capacidade de troca catiônica do solo (CTC), favorecem a retenção de água no solo, atuam na estabilidade dos agregados contribuindo para a diminuição da erosão além de melhorar a fertilidade do solo, entre outras vantagens. Contudo, nenhuma das seis comunidades apresentou resultado positivo para esta variável, nas quais a utilização da adubação química é utilizada em todas as lavouras. Através das entrevistas direcionadas aos responsáveis pelo programa “*Lavouras Comunitárias*”, a dependência absoluta deste tipo de insumo já está causando alguns problemas no programa, uma vez que o aumento do preço do adubo no mercado tem atrasado o plantio de muitas lavouras como também tem impedido a expansão das mesmas para outras comunidades no município. Tal contexto pode ser observado através da fala de um dos responsáveis pelo programa, quando perguntado sobre o atendimento à demanda dos camponeses para participarem no “*Lavouras Comunitárias*”: “*Não tem como atender toda demanda... igual esse ano o adubo está muito caro e o pessoal tá desanimado mesmo com plantação... (Produtor Rural, 47 anos)*”

No processo de produção dos alimentos da *Lavoura Comunitária*, foram pesquisados quatro tipos de técnicas sustentáveis de manejo agrícola: plantios em nível, plantio direto, consorciado e o emprego da aração manual ou bovina. O *Plantio em nível*, cria obstáculos à descida da enxurrada diminuindo a velocidade de arraste, aumentando a infiltração da água e consequentemente evitando a perda do solo (ARAÚJO *et al*). Contudo, em todas as lavouras do referido programa, esta técnica não está sendo utilizada, mesmo tendo sido incentivada no modelo produtivista. Os plantios, mesmo sendo feitos em linhas contrárias à declividade do

relevo, em muitas lavouras ainda se constata o desgaste progressivo do solo com a ocorrência de ravinas e voçorocas.

IV. Considerações finais

Os resultados do Programa *Lavouras comunitárias* desenvolvido em Senhora dos Remédios no referido período de análise está apresentando tendências na produção já verificadas em outros municípios, ou seja, resultados divergentes da proposta inicial. Os bons resultados de produção ficaram no passado, como destacam os parceiros. Em Senhora dos Remédios (MG-BR), divergências político-administrativas somadas à dependência das lavouras aos insumos externos e à redução de terras para arrendamento contribuíram para constantes quedas no rendimento dos cultivos e a exclusão de famílias do programa. A manutenção do modelo produtivista e o retrocesso em técnicas de plantio – como a não inserção de plantios com espaçamentos mais reduzidos com maior número de plantas em menores áreas de arrendamento –, têm levado à redução da produção. A exclusão de comunidades do Programa está diretamente ligada ao desinteresse capitalista dos donos de terra em disponibilizá-las para arrendamento após a formação total da propriedade com pastagens artificiais da família das *brachiárias*. Sobre a redução de terras para arrendamento, um antigo parceiro ressalta:

“Porque os donos das terras num quê . Eles num quê mais arrumá pro sindicato não. Eles diz que caba com o terreno, “num sei o que que tem”, o pessoal daqui é cheio de conversa boba. Porque o sindicato tem um contrato de quatro anos... e depois desse tempo aí eles pegam [os fazendeiros] e começam a fazer o pasto” (sic). (Camponês, 57 anos)

No programa *Lavouras Comunitárias*, os agricultores desempenham o papel de participantes, ainda não sendo, pois, protagonistas, tendo em vista que se encontram dependentes das parcerias institucionais – prefeitura, EMATER e Sindicato –, sujeitos às mudanças diversas que possam ocorrer com elas. Mesmo após mais de uma década de existência, politicamente os parceiros não foram capacitados para a gestão das *Lavouras Comunitárias*, sendo que eles ainda dependem tanto da gestão institucional do Programa como também do arrendatário que, em algumas comunidades, é o líder, não se desvinculando da terra. Isso contrapõe a característica diferenciadora do desenvolvimento local, endógeno, em relação a outros modelos, buscando soluções para os problemas a partir de atributos locais – humanos, sociais, econômicos, político-institucionais, culturais e ambientais -. (REIS, 2006)

O arrendamento praticado, no *Lavouras Comunitárias* é em espécie e o arrendador também não abre mão de acompanhar os resultados das lavouras, pois, caso contrário, não arrenda. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, a política local tem criado brechas para o enfraquecimento do programa e de sua credibilidade frente à população local.

Com relação ao meio ambiente, poucas iniciativas são adotadas para a educação ambiental, instrução e mesmo projetos de extensão neste sentido: os moradores das comunidades queimam seus lixos nos quintais, jogam lixo nos rios, a rede de esgoto não atende a todos os aglomerados rurais, não há o incentivo por parte dos parceiros institucionais do Programa *Lavouras Comunitárias* para práticas e manejos de conservação do solo e das nascentes. Manejos agroecológicos ainda não foram acrescentados ao processo de produção pelos parceiros institucionais.

As áreas de pastagens artificiais no município tem sido ampliadas, gerando uma redistribuição das *Lavouras Comunitárias* no espaço rural em consequência da redução das terras arrendadas, evidenciando que o Programa não proporciona o acesso a terra para todos camponeses *sem terra* do município.

O potencial humano dos parceiros para desempenhar outras atividades não é trabalhado por nenhum setor público, não sendo acompanhado de orientação técnica ou apoio de ONG's. O setor de saúde se preocupa mais em ser agente de cura do que de prevenção e a EMATER se restringe em gerir a manutenção das *Lavouras Comunitárias*. Não existem técnicos em número suficiente para atender todos os *sem terra* e capacitá-los melhor para os plantios com manejos agroecológicos ou menos agressivos ao meio ambiente. O programa requer, atualmente, extensionistas rurais para ampliar a ação social e o leque de trabalho para a mulher, que vive à mercê de uma remuneração mais baixa em relação a que é paga aos homens.

O resultado econômico das lavouras comunitárias não tem proporcionado excedente de produção para a melhoria da qualidade de vida da família do camponês parceiro; eles continuam a ser assalariados durante a entre-safra. Os camponeses tendem a ser dependentes da manutenção das parcerias institucionais, onde os fatores políticos pesam para a continuidade dos plantios ano a ano. Algumas comunidades chegam ao nível da pobreza, onde a *Lavoura Comunitária* é o diferencial entre ter alimentação para a família durante parte do ano ou durante todo este período. Cabe destacar, por fim, que o ganho através do projeto está no capital social obtido entre a população: o alimento da lavoura comunitária e o espaço de morada ainda os mantêm no campo.

Enfim, o número de informações buscadas no campo reforça a análise teórica do campesinato para o entendimento dos parceiros enquanto camponeses, considerando as relações sociais e culturais presentes no espaço vivido por eles com a família e a comunidade. Essas relações culturais imbricam-se com as relações sociais através do sagrado e do profano – as festas religiosas e o lazer da feira agropecuária. Conforme os resultados obtidos, o Programa Lavouras Comunitárias de Senhora dos Remédios não atinge o desenvolvimento rural local sustentável, na busca de uma concepção de gerar qualidade de vida à partir do potencial humano dos parceiros. O aporte teórico do campesinato, nas vertentes sociológica, antropológica e cultural proporciona recursos para o entendimento dos atores sociais da pesquisa.

Referências bibliográficas

- ALENTEJANO, P. R. Novas e velhas questões na análise do espaço agrário brasileiro. in: ENGA, 2000 17 p
- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO, Zander. (Org.). *Reconstruindo a agricultura – Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS. 1998.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002, 592 p.
- ARAÚJO, Quintino Reis *et al.* Conservação do solo e da água. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/conservacaosolo.htm>>
- BEDIM, Bruno Pereira. *O Processo de Interversão Social do Turismo na Serra de Ibitipoca(MG): Simultâneo e desigual, Dilema Camponês no Paraíso do Capital*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGC/UFMG. Belo Horizonte, Br.
- BESKOW, Paulo Roberto. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Hucitec. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e Tecnológico. 1986
- BINSZTOK, JACOB. Acumulação flexível, precarização e empreendedorismo no espaço agrário brasileiro. Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária-ENGA. USP. São Paulo, 2009, CD – [inédito].

- BICALLHO, Ana Maria de Souza Mello. *Desenvolvimento Rural Sustentável e Geografia Agrária*. In: Anais do XIII Encontro Nacional de Geografia Agrária. UFRJ. Departamento de Geografia-IGEO. 2006. Rio de Janeiro.
- CAVACO, Cristina; PALHINHAS, Sandrine. *Afirmar a dimensão social do desenvolvimento rural*. In: LEADER II – Célula de animação na rede portuguesa. O desenvolvimento local em meio rural face ao desafio da sustentabilidade. Lisboa: Tipografias Silvas Ltda. [2001].
- CHAYANOV, A. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: NuevaVision, 1974.
- _____. *Chayanov y la teoría de la economía campesina*. [S.L.]: Siglo XXI. 1981.
- DEUS, José Antônio Souza de. *Territorialidade e Cultura dos Povos Indígenas (Áreas Norte-Amazônica e Juruá-Purus)*. Orientador: Dra. Bertha Koiffman Becker. 2003. xviii, 297p. il. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- GONZALES, E. N., BASTOS, M. I. *O trabalho volante na agricultura brasileira*. Capital e Trabalho no campo, São Paulo: HUCITEC, 1977.
- MARQUES, Raul Jorge. *Desenvolvimento local em espaço rural e novas competências: a participação dos cidadãos no Conselho de Santa Comba Dão*. Lisboa: Universidade de Lisboa. 2000.
- MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. 2. Ed. São Paulo: Ática. 1988.
- NAVARRO, Zander. *Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro*. In: Revista de Estudos Avançados, volume 16, número 43. USP. São Paulo. 2001.
- NOVAES, Antonio Pereira de *et al.* Utilização de uma fossa séptica biodigestora para melhoria do Saneamento Rural e desenvolvimento da Agricultura Orgânica. Disponível em: <www.cnpdia.embrapa.br/produtos/img/fossa.pdf> Acessado em Fevereiro de 2009
- OLIVEIRA Jr. Paulo H. B. *Notas sobre a história da agricultura através do tempo*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1989.
- ROMEIRO, Ademar; REYDON, Bastiaan Philip (COORD.). *O Mercado de Terras*. Brasília: IPEA. 1994
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002
- SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005
- VIOLA, E. J.; REIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multisetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. Campinas: UNICAMP. 1995.